



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO
E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA DE 2025
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES ANO: 2025

Mensagem do conselho de Administração

A Administração da Companhia Paraibana de Gás apresenta aos seus públicos de interesse uma síntese das principais realizações do exercício, reafirmando o compromisso com a transparência, a responsabilidade corporativa e a condução ética do negócio.

Ao longo do período, a Companhia avançou na consolidação de sua estratégia, mantendo foco no desenvolvimento sustentável da concessão, na ampliação da infraestrutura de distribuição e na promoção de um ambiente organizacional orientado à eficiência, ao cuidado com as pessoas e à qualidade dos serviços prestados. O cenário exigiu atenção contínua à dinâmica dos mercados atendidos, à evolução tecnológica e às transformações do ambiente regulatório, elementos que orientaram a atuação integrada das áreas e o alinhamento das decisões corporativas.

No campo operacional, a Companhia buscou fortalecer sua presença nos segmentos que compõem o mercado de varejo e aprofundar o relacionamento com clientes e parceiros institucionais. Projetos estruturantes nas áreas comercial, técnica e administrativa foram conduzidos com o objetivo de ampliar a segurança das operações, aperfeiçoar sistemas internos e garantir maior aderência às exigências do setor. As iniciativas de modernização tecnológica também desempenharam papel relevante para elevar a eficiência dos processos e aprimorar a experiência dos usuários.

No âmbito da gestão de pessoas, o período foi marcado por ações voltadas ao desenvolvimento dos empregados, à promoção do bem-estar e ao fortalecimento das competências essenciais ao negócio. Programas de capacitação, iniciativas de integração e práticas de reconhecimento contribuíram para consolidar um ambiente de trabalho colaborativo e alinhado às diretrizes estratégicas da Companhia.

Em relação à governança, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva mantiveram atuação coordenada para assegurar a aderência às normas aplicáveis, a solidez das práticas de gestão e a observância dos princípios de transparência, equidade e responsabilidade. O aprimoramento contínuo dos mecanismos internos de controle, auditoria e gestão de riscos reforçou a confiança nos processos decisórios e na condução das atividades corporativas.

Do ponto de vista econômico-financeiro, a Companhia demonstrou capacidade de adaptação às condições de mercado, preservando a saúde financeira, o equilíbrio dos investimentos e a solidez dos resultados. A execução responsável do planejamento e o monitoramento rigoroso dos indicadores permitiram avançar de forma sustentável, assegurando o cumprimento dos objetivos estratégicos e a manutenção da estabilidade necessária ao desenvolvimento das operações.

O relacionamento com a sociedade permaneceu como um dos pilares da atuação da PBGÁS. As iniciativas sociais, culturais, esportivas e ambientais realizadas refletiram o compromisso da Companhia em contribuir para o desenvolvimento local, fortalecer os vínculos com as comunidades e promover impactos positivos nas regiões atendidas. Da mesma forma, o diálogo com usuários e instituições públicas seguiu orientado à melhoria dos serviços e ao atendimento de suas necessidades.

O exercício também foi marcado pela continuidade dos projetos de expansão da rede, pelo fortalecimento dos mecanismos de segurança operacional e pelo planejamento de iniciativas que orientarão os próximos ciclos, incluindo investimentos em tecnologia, infraestrutura, gestão de dados e aprimoramento dos canais de atendimento. O conjunto dessas ações constitui a base que sustentará o crescimento futuro da Companhia, guiado pela busca permanente de eficiência e alinhamento aos interesses da sociedade paraibana.

Ao concluir esta mensagem, o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva expressam reconhecimento a todos os empregados, parceiros e instituições que contribuíram para as conquistas alcançadas. A Companhia segue comprometida com a construção de um ambiente de energia mais seguro, moderno, responsável e capaz de gerar valor para toda a sociedade.

CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia Paraibana de Gás - PBGÁS apresenta sua Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, assinada pelo Conselho de Administração, referente ao exercício social de 2025, em conformidade com o artigo 8º, incisos I, III e VIII, da Lei Federal nº 13.303/2016.

Identificação Geral

CNPJ/MF e NIRE	00.371.600/0001-66 e 25300009217		
Sede	Rua Antônio Rabelo Júnior, 161, 12º Andar do Eco Business Center, Miramar, João Pessoa/PB, Cep: 58032-090		
Tipo de estatal	Sociedade de Economia Mista		
Acionista controlador	Estado da Paraíba		
Tipo societário	Sociedade por Ações		
Tipo de capital	Capital Fechado		
Abrangência de atuação	Estadual		
Setor de atuação	Gás Natural		
Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas	Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque		
	Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira		
	Fábio Andrade Medeiros		
	Gabriela de Aragão Sarmento Vieira		
	Jailson Galvão		
	Rafael Antônio Bettini Gomes		
Diretores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa	Vitor Calazans Baroni		
	Jailson Galvão	Diretor-Presidente	
	Fábio Mariz Maia Filho	Diretor Técnico e Comercial	
	Mario Thiago Alves Romero	Diretor Administrativo e Financeiro	

Interesse Público

A PBGÁS é uma sociedade de economia mista, constituída como sociedade anônima de capital fechado, com personalidade jurídica de direito privado. Como empresa estatal integrante da Administração Pública Indireta, seu acionista majoritário é o Estado da Paraíba.

Desde 30 de dezembro de 1994, através do Contrato de Concessão, o Estado da Paraíba delegou à PBGÁS os direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado. Desde então, a Companhia tem se dedicado a desenvolver a infraestrutura necessária para seus serviços, realizando estudos técnicos e de mercado para garantir as melhores condições operacionais e de segurança no fornecimento de gás natural aos seus clientes dos segmentos industrial, automotivo, residencial e comercial, sempre em sintonia com as questões socioambientais e seus resultados econômico-financeiros.

Conforme seu Estatuto Social, o objeto da Companhia é “a exploração do serviço público de fornecimento de gás canalizado, no âmbito do Estado da Paraíba, de forma que se destine a suprir as necessidades de demanda dos consumidores dos segmentos industriais, comerciais, residenciais, institucionais, de transportes e/ou outros que requisitem a prestação do serviço”.

Alinhada diretamente aos interesses da sociedade paraibana, a PBGÁS é um importante instrumento para a promoção do desenvolvimento econômico e social da região, desempenhando um papel relevante na matriz energética do Estado da Paraíba.

Estruturação Societária

A Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS conta com mais de 30 anos atuando como concessionária autorizada, segundo a Lei Estadual nº 5.680, datada de 17 de dezembro de 1992. Desde sua fundação, contribui de forma relevante para o desenvolvimento do Estado ao oferecer gás canalizado, em um modelo de negócio formatado como sociedade de economia mista, atualmente composta pelo Estado da Paraíba e a Mitsui Gás e Energia do Brasil.

Na composição acionária, o Estado da Paraíba detém 75,5% das ações ordinárias, 50% das ações preferenciais e 58,5% do capital total; enquanto a Mitsui Gás e Energia do Brasil possui 24,5% das ações ordinárias, 50% das preferenciais e 41,5% do capital total.



ações preferências	50%	50%
capital total	58,5%	41,5%
ações ordinárias	75,5%	24,5%

Administração

Conselho de Administração e Subscritores da Carta Anual

- Marcelo Antônio Carreira Cavalcanti de Albuquerque – Presidente (Estado da Paraíba);
- Rafael Antônio Betini Gomes – Vice-Presidente (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEb);
- Carlos Arthur de Almeida Baptista Ferreira Pereira – Membro (Estado da Paraíba);
- Fábio Andrade Medeiros – Membro (Estado da Paraíba);
- Gabriela de Aragão Sarmento Vieira – Membro (Estado da Paraíba);
- Jailson José Galvão - Membro (Estado da Paraíba); e
- Vitor Calazans Baroni – Membro (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEb).

Diretoria Executiva e Subscritores da Carta Anual

- Jailson José Galvão - Diretor-Presidente (Estado da Paraíba);
- Fábio Mariz Maia Filho – Diretor Técnico e Comercial (Estado da Paraíba); e
- Mario Thiago Alves Romero - Diretor Administrativo e Financeiro (Mitsui Gás e Energia do Brasil – MGEb).

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia Paraibana de Gás estabelece diretrizes para seus processos, políticas e regulamentos, definindo claramente a forma como a Companhia é conduzida, administrada e controlada. A estrutura de Governança Corporativa é composta por diversos órgãos, cada um com um papel essencial na orientação estratégica e na supervisão da organização. Esses órgãos incluem a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Comitê de Auditoria Estatutário, o Comitê Estatutário de Elegibilidade e Avaliação, a Auditoria Interna e a Diretoria Executiva. Essa abordagem abrangente e integrada assegura que a Companhia opere com transparência, responsabilidade e eficiência, alinhando-se aos melhores padrões de governança corporativa.

Assembleia Geral de Acionistas:

Em conformidade com as exigências legais, esta instância superior se reúne ordinariamente, uma vez ao ano, após o término do exercício social para analisar a prestação de contas, apreciar propostas do Conselho de Administração e deliberar sobre distribuição de dividendos, além de eleger ou destituir membros da administração, entre outras questões. Quando necessário para deliberação de outros assuntos pertinentes à Assembleia, são realizadas reuniões extraordinárias.

Conselho de Administração:

Composto por 7 (sete) membros efetivos que atuam por um mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reeleitos até 03 (três) vezes consecutivas. O Conselho se reúne mensalmente em sessões ordinárias ou extraordinariamente quando necessário. Este órgão tem a responsabilidade, conforme as atribuições do Estatuto, de definir diretrizes gerais para os negócios da Companhia além de outras funções estatutárias.

Diretoria Executiva:

Formada por 03 (três) Diretores escolhidos pelo Conselho de Administração, é responsável pelo funcionamento regular da Companhia e outras atribuições estabelecidas no Estatuto. Os integrantes têm mandato de 02 (dois) anos e podem ser reeleitos até 03 (três) vezes consecutivas. A Diretoria deve se reunir pelo menos uma vez por mês ou em caráter extraordinário conforme a demanda.

Conselho Fiscal:

Órgão independente constituído por 05 (cinco) conselheiros e seus respectivos suplentes em igual número, eleitos pela Assembleia Geral para um mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de até 02 (duas) reeleições consecutivas. Sua função é revisar as atividades gerenciais e as demonstrações financeiras, reportando suas observações aos acionistas.

Comitê de Auditoria Estatutário:

Este órgão auxiliar está subordinado ao Conselho de Administração e tem como função orientar as atividades da Companhia, visando manter sua integridade. Composto por 03 (três) membros eleitos pelo Conselho, ele também recebe denúncias confidenciais ou não, provenientes tanto do ambiente interno quanto externo à Companhia. As reuniões acontecem no mínimo uma vez bimestralmente ou sempre que necessário.

Comitê Estatutário de Elegibilidade e Avaliação:

Eleito pela Assembleia Geral, este órgão conta com 03 (três) membros que ajudam na verificação da conformidade dos processos seletivos bem como nas metodologias utilizadas para avaliar os integrantes da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria Estatutário.

Auditoria Interna:

Ligada diretamente ao Conselho de Administração, tem como competência avaliar a adequação dos controles internos, assim como a eficácia na gestão dos riscos envolvidos nos processos administrativos e garantir a confiabilidade das demonstrações financeiras.

REMUNERAÇÃO:

Visando cumprir Políticas Públicas objetivos propostos a Companhia aplica pacote remuneratório aos Administradores Diretores Empregados constituído pelos seguintes itens:

- Remuneração definida por Acordo Coletivo Trabalho aprovada pelo Conselho Administração adaptável conforme estabelecido para Diretoria Executiva sendo decidida em Assembleia Geral Acionistas;

- Pacote Benefícios alinhado às boas práticas complementa remuneração mensal desempenhando papel significativo motivação manutenção mão-de-obra aumentando atratividade futuros candidatos concursos públicos realizados pela PBGÁS;

- Remuneração Variável referente Participação Resultados Empregados Bônus Desempenho Diretores ligada sucesso atingimento metas anuais refletindo desempenho global Companhia medindo alcance objetivos interesse stakeholders políticas públicas;

- Os Administradores têm remuneração definida em Assembleia Geral totalizando R\$ 2.001.514,99 (dois milhões, um mil, quinhentos e quatorze reais e noventa e nove centavos) em 2025 incluindo encargos e benefícios.

A transparência na divulgação das remunerações dos administradores e membros dos órgãos de fiscalização e controle é um aspecto essencial da governança corporativa. Essa abordagem não apenas cumpre com a legislação, mas também fortalece a confiança dos stakeholders na administração da empresa. Em conformidade com a legislação vigente, segue abaixo a remuneração anual dos Administradores, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário.

TABELA DE REMUNERAÇÃO ANUAL INDIVIDUAL 2025	
Honorários da Diretoria	R\$ 291.799,08
Remuneração Conselho Administração	R\$ 39.514,56
Remuneração Conselho Fiscal	R\$ 31.611,72
Remuneração Comitê de Auditoria Estatutária	R\$ 31.611,72

DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

Mapa Estratégico 2025-2030					
Geração de valor	1. Garantir o Desenvolvimento Sustentável da Companhia				
	2. Elevar a Qualidade e Competitividade dos serviços de Distribuição de Gás		3. Fortalecer o Desempenho Financeiro da Companhia		
Clientes	Mercados Atuais e Potenciais				
	4. Fortalecer e Ampliar o atendimento aos Mercados				
Processos Internos	Qualificação do sistema de gestão	Gestão da distribuição		Gestão da Operacional	Gestão da imagem e Marca
	5. Aprimorar a Qualidade do Sistema de Gestão	6. Viabilizar Suprimento de Gás Renovável	7. Aprimorar o Processo de Suprimento de Gás	8. Ampliar a Segurança do SDGN	9. Evoluir a Reputação, Imagem e Marca da Companhia
Aprendizado Crescimento	Infraestrutura Tecnológica		Capital Humano		
	10. Melhorar a Gestão Estratégica de TI		11. Aprimorar o Sistema de Gestão de Pessoas		12. Fortalecer a Gestão Integrada de SMS

VALORES:

Ética

Agir com responsabilidade, seriedade, honestidade e transparência, respeitando os padrões legais e morais da sociedade dentro dos relacionamentos com as partes interessadas.

Inovação

Fomentar um ambiente em que novas ideias sejam recebidas e valorizadas para lidar com os desafios, garantindo que a Companhia permaneça relevante, competitiva e apta a se adaptar rapidamente às transformações do mercado.

Satisfação dos usuários

Atender o usuário com cortesia, qualidade técnica, diligência, trazendo-lhe soluções que alcancem a sua satisfação.

Segurança, integridade e conformidade

Promover o gerenciamento de riscos, atuando na prevenção, preservação da saúde e integridade de sua força de trabalho e na proteção das pessoas de acordo com as leis, normas, regulamentos e padrões.

Sustentabilidade

Buscar ações que resultem em desenvolvimento econômico, com responsabilidade social, numa perspectiva de cuidado com o meio ambiente.

Valorização das pessoas

Promover a escuta ativa, o reconhecimento público em um ambiente de trabalho com atmosfera positiva que favoreça o respeito, o crescimento e as oportunidades de desenvolvimento, além de valorizar e apreciar o trabalho e o empenho.

FATORES DE RISCO

Riscos Negativos

A Gestão de Riscos é um componente fundamental para a resiliência e o sucesso contínuo de nossa Companhia. Nosso propósito é antecipar, identificar e analisar proativamente as incertezas e vulnerabilidades que podem afetar nossos objetivos. Ao definir ações estratégicas e implementar controles eficazes, asseguramos a qualidade nas decisões, protegendo nossos ativos e, mais importante, preservando e agregando valor de forma sustentável à Companhia.

Nossa Política de Gestão de Riscos estabelece um processo contínuo e robusto. Ele é projetado para garantir a estrita conformidade com todas as políticas internas, normas e regulamentações externas pertinentes, incluindo os princípios de nosso Código de Conduta e Integridade da PBGÁS, em total alinhamento com o Art. 6º da Lei nº 13.303/2016.

O Regimento Interno formaliza e descentraliza a responsabilidade pela gestão de riscos. Cada área da Companhia é intrinsecamente responsável pela identificação, avaliação e administração proativa dos controles adequados aos riscos inerentes às suas operações e estratégias.

Negativos	Tratamento	Prazo
Regulatórios		
Regras do mercado livre de gás natural	Buscar parceria com a ABEGÁS e as CDLS do Nordeste.	Curto
	Desenvolver adequações necessários para atendimento ao Mercado Livre.	Médio
Descumprimento de norma legal	Gerenciar riscos potenciais de inconformidade frente aos requisitos das agências reguladoras.	Curto
Estratégicos		
Incentivo fiscal para veículos elétricos	Atuar junto a ABEGÁS	Médio
Transição energética	Manter iniciativas de suprimento de gás renovável	Curto
	Interagir com as indústrias para promover alternativas no processo de descarbonização.	Curto
	Promover de incentivo ao uso do GNV para frotas pesadas	Curto
Concentração de mercado	Aperfeiçoar estratégias de diversificação do mercado com foco no varejo.	Médio
Baixa expectativa de novos usuários industriais	Ampliar ações junto às agências de fomento ao desenvolvimento do estado	Curto
Operacionais		
Interferência de terceiros na rede de distribuição	Executar plano de prevenção para mitigar riscos interferência de terceiros. Atuar efetivamente junto aos potenciais interferentes.	Curto
Perda de Ativos do SDGN	Manter os planos preventivos e preditivos de manutenção atualizados.	Curto
Gestão de suprimento	Acompanhar com diligência os contratos e a alteração de indexadores	Curto
Ausência de licença ambiental para projeto termoeletrico	Antecipar o processo de licenciamento para obras de extensão de rede	Curto
Diferença de medição	Manter equipamentos calibrados e acompanhar mensalmente as medições	Curto
Financeiro		
Caixa mínimo operacional	Monitorar permanentemente o processo de gestão de caixa	Curto
Tecnologia da informação		
Estrutura TI, Segurança e Sistemas (hardware e software)	Manter permanente atualização da estrutura de TI.	Curto
	Manter medidas de segurança para proteger sistemas, redes e dados.	Curto
	Aquisição de nova solução ERP.	Curto

Riscos Positivos

No ambiente dinâmico em que atuamos, a identificação e a capitalização proativa de oportunidades são tão vitais quanto a mitigação de riscos. Entendemos oportunidades como eventos ou condições favoráveis no mercado e no ambiente interno, que, quando exploradas estrategicamente, podem gerar benefícios, promover melhorias significativas e impulsionar ganhos para nossos projetos estratégicos e para a Companhia como um todo.

Nossa abordagem de gestão vai além da simples proteção contra fraquezas e ameaças. Ela busca ativamente transformar potenciais positivos em vantagens competitivas tangíveis.

A seguir, apresentamos os eventos e as ações estratégicas que foram priorizadas e desenvolvidas ao longo do nosso Plano, com o objetivo de otimizar a criação de valor e consolidar o futuro da PBGÁS.

Risco Positivo	Ação	Prazo
Possibilidade de volume termoeletrico	Leilão previsto para março de 2026	Curto
Implantação de corredores azuis	Ampliar iniciativas para fomentação de soluções para implantação de corredores de abastecimento para veículos pesados.	Longo
Diversificação do portfólio de suprimento	Manter ações junto aos fornecedores de biometano.	Curto
	Intensificar ações junto aos supridores de gás renovável, foco na emissão de carbono.	Longo

RELACIONAMENTO COM USUÁRIOS

Ouvidoria

A Ouvidoria Geral do Estado elabora anualmente relatório gerencial que permite avaliar os níveis de resolatividade das instituições que integram o sistema estadual de ouvidorias. Observa-se que todas as demandas foram tratadas dentro do prazo máximo de 30 dias, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 38.309/2018, art. 9º, § 2º, atingindo, assim, 100% de resolatividade no período analisado.

No ciclo de 2025, foram registradas quatro (04) demandas na Ouvidoria. Dentre elas, duas (02) apresentaram conteúdo idêntico, sendo tratadas como uma única manifestação; uma (01) foi registrada sem informações suficientes para análise; e duas (02) corresponderam a reclamações efetivamente tratadas e solucionadas.

Esse resultado evidencia o compromisso institucional com a melhoria contínua dos serviços prestados e está alinhado à visão estratégica de “ser reconhecida como uma das melhores concessionárias de serviços públicos da Paraíba, figurar entre as melhores distribuidoras de gás canalizado do Nordeste e possuir um dos maiores mercados de varejo da região até 2027”.

Serviço De Atendimento Ao Usuário

Em conformidade com o Decreto nº 29.331, de 10 de junho de 2008, que regulamenta o Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado no Estado da Paraíba, especialmente no que dispõem os artigos 73 a 76, referentes ao atendimento ao usuário, a PBGÁS instituiu o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC).

No exercício de 2025, o SAC registrou 3.238 ligações atendidas. As chamadas eventualmente abandonadas durante o período de espera do número 0800 receberam retorno integral por meio do sistema de call back, assegurando o contato com os usuários que não lograram êxito na conclusão da ligação inicial.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA DE 2025

Os relatórios mensais encaminhados à Agência Reguladora do Estado da Paraíba (ARPB) demonstram o elevado desempenho do atendimento prestado pelo Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), cujos indicadores permaneceram, de forma consistente, acima das metas estabelecidas, conforme demonstrado a seguir:

INDICADOR	META	REALIZADO
Índice de Qualidade do Atendimento	95,00%	97,89%
Índice de Nível de Serviço	90,00%	92,32%
Índice de Taxa de Ocupação das *PA’s	95,00%	100,0%
Índice de Disponibilidade de Serviço	99,00%	99,79%

*PA’s se refere aos postos de atendimentos.

ASSISTENTE VIRTUAL (GABI)

A assistente virtual Gabi foi desenvolvida para facilitar o atendimento ao público e tornar a comunicação mais ágil e eficiente por meio do WhatsApp. A solução atende tanto clientes quanto pessoas interessadas em conhecer o gás natural e suas vantagens ambientais e econômicas.

O que a Gabi oferece:

- Atendimento em horário comercial para esclarecer dúvidas sobre serviços, tarifas e áreas atendidas pelo gás canalizado.
- Suporte dedicado aos segmentos residencial, comercial, automotivo e industrial.
- Acesso a informações e vídeos sobre segurança, comodidade e economia no uso do gás natural canalizado.
- Encaminhamento para atendimento humano, garantindo suporte personalizado para levar o gás natural até usuário.

Pesquisa de Satisfação

Com periodicidade mensal, no início de cada mês, é realizado o retorno das chamadas atendidas no período imediatamente anterior, com o objetivo de aferir o nível de satisfação dos clientes quanto à qualidade do atendimento prestado pelo SAC.

No exercício de 2025, a pesquisa abrangeu 432 clientes, dos quais 422 (97,7%) avaliaram o atendimento como satisfatório, 5 (1,2%) como parcialmente satisfatório e 5 (1,2%) como insatisfatório, evidenciando elevado grau de aprovação do serviço prestado.

Mídias Sociais

A PBGÁS interage com seus usuários nas plataformas virtuais, através do Instagram, Facebook e LinkedIn. Em 2025, o Instagram da PBGÁS alcançou 896.282 mil visualizações, número abaixo do recorde conquistado em 2024 com 1.388.492 impressões (1ª vez que a companhia ultrapassou um milhão de visualizações), porém ainda muito relevante para o perfil oficial da companhia.

O número de seguidores no Instagram também cresceu de 3.450 para 3.960, um aumento de 14% em comparação aos seguidores no ano anterior. Os conteúdos apresentados no YouTube e LinkedIn geraram interações espontâneas ao longo do ano, com material institucional, comercial e conteúdo inteligente elaborado pela comunicação da PBGÁS, em parceria com a agência licitada.

DESEMPENHO RECURSOS HUMANOS

Corpo Funcional em Números

Ao final de 2025, a força de trabalho da PBGÁS totalizou 76 empregados, distribuídos entre concursados, comissionados e estagiários. Desse total, 43 eram empregados próprios, 15 ocupavam funções comissionadas e 18 atuavam como estagiários, refletindo a composição do corpo funcional da Companhia no exercício.

Cuidados da empresa com as pessoas

A PBGÁS, alinhada às melhores práticas de gestão de pessoas e ao compromisso com a eficiência organizacional, consolidou em 2025 um conjunto de iniciativas voltadas à otimização do capital humano, à qualificação das equipes e ao fortalecimento do bem-estar no ambiente de trabalho. As ações desenvolvidas refletem a diretriz corporativa de valorização dos empregados, entendida como elemento essencial para a sustentabilidade operacional e para a manutenção de elevados padrões de desempenho.

No exercício de 2025, a Companhia intensificou seus investimentos em capacitação, ampliando o acesso a programas de formação e aperfeiçoamento técnico. Foram disponibilizados cursos de pós-graduação, participação em seminários, palestras temáticas e treinamentos específicos, alinhados às demandas das funções e ao planejamento estratégico de desenvolvimento de competências. Tais iniciativas contribuíram para o aprimoramento do desempenho individual, para a atualização técnica das equipes e para o fortalecimento das capacidades críticas ao negócio.

Esses investimentos reforçaram o comprometimento dos empregados com os objetivos institucionais, fomentando maior assertividade na execução das atividades e ampliando a eficiência dos processos internos. O desenvolvimento contínuo da força de trabalho segue sendo um vetor estratégico para a Companhia, favorecendo a evolução profissional e garantindo a formação de equipes altamente qualificadas.

Com o propósito de fortalecer os mecanismos de reconhecimento e promover maior engajamento, a PBGÁS manteve o Programa de Participação nos Resultados (PPR), instrumento que estabelece correlação direta entre o desempenho corporativo e a recompensa dos esforços individuais e coletivos. O PPR demonstrou ser um importante catalisador de motivação, ao alinhar expectativas, favorecer a cultura de colaboração e incentivar a busca contínua por melhores resultados.

Adicionalmente, visando ao fortalecimento do clima organizacional e ao desenvolvimento do sentimento de pertencimento, foram realizadas ao longo de 2025 diversas ações comemorativas voltadas à integração das equipes. Entre as iniciativas promovidas, destacam-se as programações referentes ao Dia da Mulher, Dia das Mães, Páscoa, Dia dos Pais, Dia das Crianças, Aniversariantes do Mês e a Confraternização de Final de Ano. Esses eventos contribuíram para um ambiente de trabalho mais harmonioso, reforçando o bem-estar e a qualidade de vida dos empregados.

Com essas ações, a PBGÁS reafirma seu compromisso com uma gestão de pessoas pautada pela eficiência, valorização do capital humano, promoção do bem-estar e incentivo ao desenvolvimento contínuo, consolidando bases sólidas para o atingimento dos resultados corporativos presentes e futuros.

DESEMPENHO EM SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE

Liderança visível

Em 2025, a Companhia reforçou de maneira consistente o pilar de Liderança Visível em SMS, consolidando a participação ativa da alta gestão, — diretores, assessores e gerentes — no engajamento de todos os níveis organizacionais em temas relacionados a segurança, saúde e meio ambiente.

Ao longo do ano, as lideranças estiveram presentes nos locais de trabalho, canteiros de obras e estações de rebaixamento de pressão (ERP), observando as condições operacionais, dialogando diretamente com os trabalhadores e aprofundando o entendimento sobre os desafios cotidianos de segurança. Essas visitas também incluíram a realização de auditorias comportamentais, reforçando a cultura preventiva.

A iniciativa evidenciou que o compromisso com SMS vai além da manutenção de políticas e da delegação de responsabilidades: ele se concretiza na presença ativa da liderança e em suas atitudes. A atuação próxima reafirmou o compromisso institucional com a segurança como valor essencial, fortalecendo a credibilidade do Sistema de Gestão Integrado (SGI) e a promoção de um ambiente de trabalho mais seguro e saudável.

O dia D

Dentro desse contexto, foi realizado o Dia da Segurança (Dia “D”), reunindo todos os empregados da Companhia e trabalhadores terceirizados em um encontro voltado à conscientização sobre a importância da adoção de atos seguros. A iniciativa reforçou o compromisso conjunto entre contratados, fornecedores e parceiros, que buscam continuamente manter alinhamento aos padrões e controles estabelecidos pela PBGÁS, garantindo a conformidade legal e o atendimento aos requisitos mínimos de SMS durante toda a vigência contratual.

Riscos Psicossociais e Adequação da PBGÁS

Em 2025, a atualização da NR-1 passou a exigir que os riscos psicossociais fossem incorporados ao Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), incluindo fatores como estresse ocupacional, assédio moral, sobrecarga de trabalho e conflitos interpessoais, em alinhamento com as diretrizes da NR-17 sobre condições de trabalho e ergonomia.

A PBGÁS atendeu integralmente às novas exigências, incorporando os riscos psicossociais ao seu PGR, fortalecendo ações preventivas e garantindo o cumprimento de todos os treinamentos obrigatórios previstos pelo Ministério do Trabalho durante o período orientativo de transição da norma.

Como parte das ações educativas e preventivas, a Companhia disponibilizou um curso sobre assédio moral e sexual em abril, além de uma palestra sobre o tema durante a XVIII SIPATMA, realizada em novembro, reforçando o compromisso institucional com um ambiente de trabalho seguro, saudável e alinhado às melhores práticas de gestão de riscos psicossociais.

Relacionamento com as comunidades

Em 2025 a PBGÁS contratou serviços de assistência social com o objetivo de fortalecer o relacionamento institucional com as comunidades localizadas no entorno do gasoduto, promovendo ações socioambientais educativas e

assegurando o cumprimento das diretrizes de responsabilidade social estabelecidas contratualmente.

O propósito é consolidar um modelo de relacionamento estruturado e contínuo com as comunidades vizinhas à malha de gasodutos, alinhado às melhores práticas de responsabilidade social corporativa. A proximidade das instalações com diferentes comunidades demanda uma gestão de relacionamento proativa e estratégica, baseada no diálogo constante e no fortalecimento do vínculo social com as populações locais.

Em conformidade com a Instrução Normativa IN SGI 12, a PBGÁS reconhece a importância desse engajamento permanente. Auditoria recente evidenciou a necessidade de aprimorar essa interação, indicando que a ausência de um programa estruturado de assistência social representa um risco relevante. A falta de canais adequados de diálogo e suporte pode resultar em interferências na rede e em maior vulnerabilidade do gasoduto e da força de trabalho, decorrentes da insuficiência de conhecimento e engajamento das comunidades.

Promoção da saúde e bem-estar

Com o objetivo de fortalecer a gestão em promoção da saúde e bem-estar no trabalho, a PBGÁS realizou uma pesquisa interna para construir uma radiografia dos empregados, identificando fatores comportamentais, bem-estar mental, morbilidade, produtividade, percepção de saúde e práticas de autocuidado.

Com base nos resultados desse levantamento, foi planejada a implantação, em 2026, de um programa estruturado de promoção da saúde e bem-estar, fundamentado em três pilares: atividade física, nutrição e psicologia.

Atividade Física

- Implementação de sessões de Ginástica Laboral conduzidas por profissional de Educação Física.
- Reuniões mensais entre o educador físico e o engenheiro de segurança para alinhamento das práticas ao PGR.

Nutrição

- Realização de oficinas e dinâmicas educativas sobre hábitos alimentares saudáveis.
- Acompanhamento de trabalhadores indicados pelo setor médico.

Psicologia

- Ações voltadas ao clima organizacional, relacionamento interpessoal, higiene mental e autocuidado.
- Treinamentos para o desenvolvimento de lideranças, abrangendo temas como gestão do estresse, comunicação não violenta e inteligência emocional aplicada à gestão.

Acompanhamento Multidisciplinar e Indicadores

O programa prevê uma rotina permanente de acompanhamento multidisciplinar, com atuação integrada de educador físico, nutricionista, psicóloga, médica do trabalho e engenheiro de segurança, assegurando o monitoramento contínuo e o aprimoramento das ações.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

A companhia reafirma seu compromisso permanente com ações sociais, entendendo que este é um dos seus propósitos empresariais. A política interna de patrocínio prevê investimentos em projetos de incentivo à cultura e ao esporte, além de ações de preservação do meio ambiente, fundamentais para ampliar o impacto socioambiental positivo e fortalecer o relacionamento de confiança entre a companhia e a sociedade.

Em 2025, a responsabilidade social esteve na pauta da PBGÁS, com apoio a projetos de incentivo ao esporte, à cultura e à gastronomia paraibana, contribuindo para o desenvolvimento do Estado da Paraíba.

MERCADO

Paraíba Restaurant Week

Considerado o maior festival gastronômico do Brasil, o Festival movimentado durante um mês, os principais restaurantes de João Pessoa com menus com preços promocionais. O evento também tem o viés social, pois cada participante pode doar R\$ 2,00 e ajudar uma instituição social numa grande corrente de solidariedade.

Fórum Construção e Cooperativismo (Sinduscon)

A companhia participou do Fórum de Construção e Cooperativismo, promovido pelo Sindicato da Construção Civil de João Pessoa (Sinduscon) e pela COOPCON, sobre o uso de novas tecnologias na construção civil. A PBGÁS apresentou as vantagens econômicas e ambientais do gás natural aos construtores, engenheiros e arquitetos, destacando práticas inovadoras no segmento.

CULTURA

Festival de Música da Paraíba

A PBGÁS ofereceu apoio cultural ao maior evento de música da Paraíba. Em sua 9ª edição, o festival cumpre o objetivo de reconhecer e divulgar a música paraibana, descobrindo, valorizando e premiando jovens artistas.

Fest Aruanda

Através da Lei Rouanet, a companhia patrocinou o 20º Fest Aruanda, um dos mais representativos festivais de cinema do Nordeste. Uma sessão especial denominada PBGÁS trouxe a Mostra Internacional Cinema nos Quatro Cantos do Mundo com filmes da Universidade de Comunicação da China, Universidade de Lusófona, Universidade de San Diego e French-German Filmacademy.

Projeto Seis & Meia

A PBGÁS apresentou no ano de 2025 o projeto Seis & Meia uma das mais relevantes iniciativas culturais do Estado, promovendo acesso democrático à música brasileira e fortalecendo a cena com artistas locais e nacionais. Nomes como Biafra, Edson Cordeiro, Ana Canãs, Almério, Michel Sulivan e Alcimar Monteiro se apresentaram no Palco do Teatro Paulo Pontes.

ESPORTE

V Corrida dos Parques

Dentro do projeto “Dando o Gás para o Esporte”, a PBGÁS patrocinou a Meia Maratona dos Parques, no bairro do Bessa, em João Pessoa. O evento incentivou a saúde e o meio ambiente, com a participação de corredores da equipe de empregados da PBGÁS nas corridas de 5 e 10 km. Também houve plantio e distribuição de mudas de árvores e ações de educação ambiental.

Equipe de Basquete sobre Rodas

A PBGÁS apoia a Associação Atlética das Pessoas com Deficiência (AAPD), que possui equipes de basquete em cadeira de rodas. A equipe de basquete da AAPD representou bem a Paraíba, conquistando títulos nacionais e destacando-se em competições.

Automobilismo

A companhia apoia a carreira do piloto paraibano João Guimarães que em 2025 concorreu na categoria Formula Evolution. Em sua estreia no Circuito Internacional de Interlagos, em São Paulo, João Guimarães ganhou destaque com vitórias e a 3ª colocação geral na pela equipe San Race.

Kart

Acreditando nos jovens talentos do kart, a PBGÁS apoiou em 2025 o jovem piloto Felipe Rabelo, de 14 anos, que foi campeão paraibano e pernambucano de kart na categoria Junior Menor em 2023 e Sudan Junior em 2024.

DESEMPENHO COMERCIAL

Onde Estamos

- Presente em 18 municípios (66% do PIB da Paraíba)¹
- Comercializamos 53,5 milhões de m³ de gás
- Gerasmos 150 postos de trabalho
- 419 km rede de distribuição
- Alcançamos 37.705 usuários residenciais
- Chegamos a 515 usuários comerciais
- Temos 42 usuários industriais
- 36 locais para abastecimento veicular

Varejo comercial

As perspectivas para o mercado de gás natural na área de concessão permanecem positivas, impulsionadas pela continuidade do ciclo de crescimento urbano e econômico observado em João Pessoa e Campina Grande. O

dinamismo do setor imobiliário, marcado pela verticalização da cidade e pelo lançamento de novos empreendimentos residenciais e comerciais, tende a ampliar de forma consistente a base potencial de clientes atendidos pela rede de distribuição.

Paralelamente, o fortalecimento do setor de turismo e serviços, com a expansão da rede hoteleira e gastronômica, criar oportunidades para a utilização do gás natural, consolidando o energético como alternativa competitiva, eficiente e ambientalmente mais sustentável em relação a outras fontes.

Nesse cenário, a Companhia permanece focada na expansão da infraestrutura de distribuição, na prospecção ativa de novos clientes e no desenvolvimento de parcerias com o setor imobiliário e empresarial, buscando capturar as oportunidades geradas pelo crescimento econômico regional. Essa estratégia reforça o posicionamento do gás natural como importante vetor de desenvolvimento, contribuindo para o aumento da competitividade energética e para a sustentabilidade da matriz energética na área de concessão.

Segmento Residencial

O segmento residencial apresentou desempenho robusto em 2025, refletindo o dinamismo do mercado imobiliário e a expansão de novos empreendimentos habitacionais. As novas habitações (NHs) representaram 77% das unidades interligadas no período, com destaque para projetos destinados à locação, como flats, e para empreendimentos vinculados ao Programa Minha Casa Minha Vida.

Ao longo do exercício, foram interligados 62 condomínios e 3 residências unifamiliares, totalizando 5.184 unidades residenciais, resultado 27,9% superior à meta estabelecida de 4.053 unidades, superando o planejado em 1.131 unidades.

Do total de ligações realizadas, 3.973 unidades correspondem aos empreendimentos ainda em fase de construção, enquanto 1.211 unidades referem-se a condomínios já habitados. A carteira de projetos permanece aquecida, com 39 prédios habitados e 35 condomínios em construção aguardando interligação à rede de gás natural, o que reforça as perspectivas de continuidade do crescimento do segmento.

No consumo, o volume médio distribuído atingiu 6.263 m³/dia, representando crescimento de 9,4% em relação ao exercício anterior e desempenho 4,5% superior ao volume orçado para 2025.

Segmento Comercial

O segmento comercial permanece estratégico para o desempenho operacional da Companhia, em função de sua atratividade de margem e da capacidade de geração rápida de valor. Nesse contexto, o Plano de Crescimento Comercial (PLACOM) tem desempenhado papel relevante na ampliação da base de clientes, por meio da contratação de serviços especializados de apoio à prospecção no varejo, responsáveis por mais de 50% das captações do segmento.

Ao longo do exercício, foram incorporados 71 novos usuários, distribuídos entre hospitais, restaurantes, pizzarias, hotéis, supermercados, panificadoras, cafeterias, docerias e lavanderias, o que representa 71% da meta estabelecida de 100 novos clientes.

Em termos de consumo, o volume médio do segmento atingiu 7.687 m³/dia, crescimento de 11% em relação ao exercício anterior, quando foram registrados 6.926 m³/dia. Embora o número de conexões tenha ficado abaixo da meta prevista, o desempenho de volume aproximou-se do planejado, ficando 4,7% abaixo do orçamento de 8.067 m³/dia, reflexo da qualidade e do perfil de consumo dos clientes incorporados.

Segmentos automotivo

No segmento automotivo, em 2025, observou-se nova redução no volume de GNV comercializado, aprofundando a tendência registrada em 2024. Esse desempenho está associado a fatores estruturais, destacando-se a percepção de perda de competitividade do GNV frente aos combustíveis líquidos, especialmente gasolina e etanol, em um contexto de volatilidade de preços.

Adicionalmente, o segmento enfrenta impactos diretos do crescimento da frota de veículos elétricos leves, sobretudo aqueles utilizados por motoristas de aplicativos, bem como da ampliação do uso de veículos híbridos no setor de táxis, reduzindo a base potencial de consumidores de GNV. Essas transformações refletem mudanças tecnológicas associadas à transição energética e à busca por menores emissões e redução de custos.

A concentração do consumo permanece elevada na Grande João Pessoa, seguida por Campina Grande e por postos estratégicos no interior, incluindo aqueles abastecidos por GNC.

Segmento Industrial

Em 2025, o segmento industrial apresentou recuperação relevante, com alcance da meta de volume anual, revertendo parcialmente o cenário de retração observado em 2024. Apesar da saída de um importante usuário do setor cerâmico, esse desempenho foi impulsionado, sobretudo, pelo incremento do consumo industrial, que exerceu papel determinante na recomposição do volume comercializado.

Apesar da melhora agregada, a estrutura do mercado industrial permanece altamente concentrada, com o setor cerâmico respondendo por aproximadamente 60% do consumo industrial da Companhia. Esse fator segue como elemento de risco estrutural, dada a sensibilidade do setor às oscilações econômicas e à competitividade entre fontes energéticas.

Adicionalmente, observa-se o avanço da energia elétrica como alternativa, ampliando sua participação em processos industriais e consolidando-se como concorrente direta do gás natural, especialmente em aplicações térmicas e na geração de vapor. Esse movimento está alinhado à transição energética, impulsionada pela expansão das fontes renováveis (solar e eólica) e pela redução dos custos associados, o que pode limitar o potencial de crescimento do GN no médio prazo.

As projeções do PIB Industrial da Paraíba, que indicavam crescimento de 7% em 2025, refletem uma trajetória econômica positiva. Contudo, esse crescimento não se traduz, de forma proporcional, na atração de novos usuários industriais com alto consumo de gás natural, reforçando a tendência de incorporação de clientes com perfil de consumo de varejo.

DESEMPENHO EM INVESTIMENTOS

Investimentos em rede expansão

Os investimentos realizados totalizaram R\$ 11,8 milhões, equivalentes a 90% da meta aprovada de R\$ 13,2 milhões. No primeiro trimestre, o desempenho manteve-se alinhado ao planejado, especialmente com o avanço das obras da rede no Porto de Cabedelo. Embora o segundo e o terceiro trimestres tenham registrado execução abaixo do previsto, houve forte recuperação em dezembro, impulsionada pela intensificação das obras da rede para o Polo Turístico Cabo Branco.

Investimentos em Melhorias no sistema de distribuição

A PBGÁS realizou em 2025 investimentos de aproximadamente R\$ 733 mil destinados à segurança e à modernização do Sistema de Distribuição de Gás Natural, incluindo a aquisição de válvulas, reguladores, medidores, computadores de vazão e a modernização de estações, reforçando a confiabilidade da rede.

No mesmo período, executou R\$ 8,1 milhões em ações de operação e manutenção, envolvendo inspeções regulatórias, manutenção e calibração de equipamentos, contratos de suporte técnico e monitoramento contínuo do nível de odorização.

A Companhia manteve atuação preventiva junto a interferentes, fortaleceu seus canais de emergência e avançou na gestão de ativos conforme o Manual de Gestão de Ativos Patrimoniais, alcançando 92% das ações previstas no Plano Anual de Inspeção e assegurando a conformidade com os indicadores de segurança e atendimento.

Investimento em tecnologia da informação 2025

Em 2025, os principais investimentos de TI foram relacionados ao desenvolvimento da Agência Virtual, versão web e mobile, visando melhorar o canal de comunicação e oferecer funcionalidades de autoatendimento como emissão de 2ª via de Fatura/Boleto, solicitação de alteração de dados cadastrais, histórico de consumo, entre outros.

Ainda, foram realizados investimentos relacionados à especificação de requisitos para implantação de um novo Sistema de Gestão Empresarial – ERP.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Comercialização

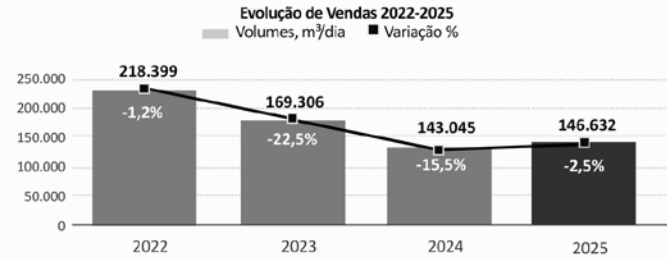
Em 2025, o desempenho comercial da Companhia Paraibana de Gás apresentou uma dinâmica marcada por contrastes entre os segmentos, refletindo tanto movimentos estruturais do mercado quanto efeitos específicos de clientes estratégicos. O volume total médio diário alcançou 146,6 mil m³/dia, representando um crescimento de 2,5% em relação ao ano anterior, sustentado majoritariamente pela recuperação do segmento industrial, capitaneado por usuários dos setores cerâmico, calçados e papel e celulose.

Em contraste, o segmento automotivo demonstrou retração, dando continuidade a uma tendência observada nacionalmente. Em 2025, o consumo médio diário caiu para 45,7 mil m³/dia, um recuo de 15% em relação a 2024. A competitividade do GNV frente à gasolina, que se manteve em um patamar favorável de aproximadamente 33%, não foi suficiente para reverter a percepção negativa dos consumidores, ainda influenciada por fatores como o custo de conversão, avanços tecnológicos nos motores a combustão e a crescente presença de veículos elétricos no mercado. Já os segmentos de varejo (comercial



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA DE 2025

e residencial) apresentaram expansão orgânica consistente, sustentada pela conexão de 5.231 novas unidades imobiliárias ao longo do ano, superando a meta prevista. Esses resultados demonstram a solidez da estratégia de captação e atendimento ao cliente, especialmente no mercado residencial.

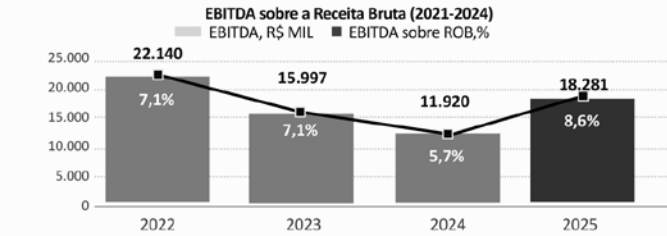


Receita Bruta

A receita operacional bruta consolidada da Companhia em 2025 totalizou R\$ 213,6 milhões, atingindo 102% da meta estabelecida e refletindo uma performance robusta ao longo do exercício. Esse desempenho foi impulsionado pela recuperação do volume industrial e pela estratégia de reposicionamento da margem aplicada na tarifa ao longo do ano, preservando a competitividade do gás canalizado em todos os segmentos de mercado e garantindo sustentabilidade financeira para a Companhia.

EBITDA

O EBITDA anual consolidou-se em R\$ 18,3 milhões, superando em 65% o valor previsto e alcançando uma margem de 10,9% sobre a receita líquida. Esse resultado demonstra a melhora na capacidade de geração operacional de caixa da Companhia, sobretudo diante de um cenário de recomposição de volumes e maior eficiência no controle de custos. O desempenho observado ao final de 2025 reflete uma combinação de fatores positivos, como o aumento da margem unitária e a execução responsável do OPEX



Resultado Líquido

O exercício de 2025 encerrou-se com um lucro líquido de quase R\$ 10 milhões, superando em 194% o valor previsto no orçamento. Este resultado expressivo é fruto de uma conjugação de fatores, entre eles a recuperação da margem de distribuição, o melhor desempenho financeiro decorrente do aumento do saldo de caixa e taxa Selic mais elevada, e uma otimização tributária obtida por meio da aplicação do mecanismo de Juros sobre Capital Próprio (JSCP). Entre os efeitos adversos, destacou-se o reconhecimento do impairment de QPNR junto à Petrobras (R\$ 4,3 milhões), parcialmente compensado pela solução de divergências contratuais com fornecedores.

Apesar de alguns impactos negativos, a Companhia conseguiu preservar e ampliar sua lucratividade por meio do controle disciplinado de despesas e da sustentação da receita operacional. Juntos, esses elementos reforçam a resiliência financeira e a assertividade das decisões adotadas ao longo do ano. O lucro registrado demonstra que, mesmo diante de eventos extraordinários, a estrutura financeira está se fortalecendo para absorver choques sem comprometer o desempenho global.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

No exercício de 2025, a PBGÁS demonstrou desempenho consistente no cumprimento das metas corporativas estabelecidas para o período. Todas as cinco metas avaliadas — Volume Comercializado, Investimentos, Lucro Líquido, Margem de Distribuição e OPEX — foram alcançadas, refletindo a efetividade das ações de gestão, o acompanhamento contínuo dos indicadores e o alinhamento das áreas aos objetivos estratégicos.

- O Volume Comercializado atingiu 99,5% do previsto, mantendo estabilidade operacional ao longo do ano.
- Os Investimentos alcançaram 90% da meta aprovada, com significativa aceleração no último trimestre.
- O Lucro Líquido apresentou resultado bastante acima, atingindo 259% do planejado, impulsionado pela melhoria da margem, recuperação de volumes e eficiência econômico-financeira.
- A Margem de Distribuição superou o objetivo, com 114% de realização, reforçando a geração de caixa.
- Por fim, o OPEX atingiu 97%, demonstrando disciplina orçamentária e equilíbrio entre despesas e receitas regulatórias.

Meta	Descrição da meta	Previsto	Realizado	%	Resultado
1	Realizar o volume previsto no orçamento (m³/dia)	147.439	146.632	99%	Alcançada
2	Realizar os investimentos previstos no orçamento (R\$)	13.184.515	11.807.231	90%	Alcançada
3	Realizar Lucro Líquido (R\$)	3.392.949	8.794.899	259%	Alcançada
4	Realizar a margem de distribuição (R\$)	44.759.305	51.060.176	114%	Alcançada
5	Realizar OPEX (R\$)	33.191.72	32.051.70	97%	Alcançada

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 e 2024 - Em milhares de Reais							



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA DE 2025

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA		
Em milhares de reais		
	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	9.968	6.823
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício		
Amortização/Depreciação	8.451	8.152
Atualização líquida de top recuperável	(677)	(7)
Reversão provisão	689	-
Impairment	4.315	-
Perda no recebimento de crédito	57	331
	22.802	15.300
(Aumento) Redução nos ativos operacionais		
Contas a receber de clientes	(1.589)	1.030
Estoques	(2.499)	(172)
Tributos a recuperar	(1.699)	637
Créditos nas operações de vendas	1.641	(6.122)
Despesas antecipadas	(71)	(72)
Outros ativos	(166)	26
Realizáveis a longo prazo	(184)	(875)
Aumento (Redução) nos ativos operacionais		
Fornecedores	874	695
Obrigações trabalhista e encargos sociais a pagar	40	(228)
Tributos a pagar	269	(153)
Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	74	-
Outos passivos	(91)	18
Outros não circulante	(3.724)	727
Caixa proveniente das operações	15.679	10.812
Juros Arrendamento	(138)	(251)
Caixa líquido proveniente gerado pelas atividades operacionais	15.541	10.560
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(11.762)	(12.038)
Baixa Intangível/Imobilizado	734	52
Caixa de líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(11.028)	(11.986)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	-	(289)
Juros capital próprio pagos	(1.538)	(2.309)
Pagamento de arrendamento	(400)	(529)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de financiamento	(1.938)	(3.127)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	2.575	(4.553)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	23.930	28.482
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	26.504	23.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 - Contexto operacional

Constituída em 25 de outubro de 1994, a Companhia Paraibana de Gás- PBGÁS é uma sociedade ppr ações de economia mista, tendo por objeto social promover a produção, a aquisição, o armazenamento, o transporte e a distribuição de gás canalizado e a prestação de serviços correlatos no Estado da Paraíba, conforme estabelece a Lei Estadual nº 5.680, de 17 de dezembro de 1992, que promulga a concessão deste serviço de acordo com o parágrafo 2º do art. 25 da Constituição Federal.

A Companhia é concessionária exclusiva pelo prazo de 50 anos dos serviços de distribuição de gás canalizado em todo o Estado da Paraíba, conforme contrato de concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, assinado entre o Estado da Paraíba e a Companhia no dia 30 de dezembro de 1994.

A ARPB (Agência de Regulação do Estado da Paraíba) tem por finalidade regular, controlar e fiscalizar serviços públicos de competência do Estado da Paraíba, sempre com o objetivo de preservar o interesse público e o equilíbrio das relações entre os usuários e os concessionários, permissionários ou autorizados de serviços públicos no Estado.

Ao término do contrato, ocorrerá a reversão ao poder concedente dos bens e das instalações vinculados aos serviços, procedendo-se aos levantamentos, às avaliações e à determinação do valor de indenização à Companhia, observando-se os valores e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

2 - Base de preparação

2.1 - Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 12.973 de 13 de maio de 2014, pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e demais Normas, Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas posteriormente pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

Detalhes sobre as práticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 3.

2.2 - Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 - Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 3.14 e 8 - Arrendamento;
- Nota 5 - Provisão para perda de créditos;
- Nota 9 - Intangível; e
- Nota 15 – Provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

2.4 - Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

3 - Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras, para o período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.1 - Instrumentos financeiros não derivativos

a) Ativos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia, se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 48, que abrange caixa e equivalente de caixa e contas a receber.

ii. Caixa e Equivalente de Caixa

Caixa e equivalente de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

iii. Contas a receber de Clientes e outros valores a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A perda esperada de clientes foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir os possíveis não recebimentos por parte dos seus clientes, conforme nota explicativa nº 5a.

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem: contas a receber de clientes e outros créditos.

Passivos financeiros não derivativos

Reconhecimento e mensuração

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retridas, canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizável e, no caso do financiamento bancário considerar-se-ão os juros pré-fixados estabelecidos em contrato.

b) Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

c) Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como instrumento patrimonial no patrimônio líquido. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem a preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

d) Determinação do Valor Justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas aquele ativo ou passivo.

3.2 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.3 - Intangível

Contrato de Concessão

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a., e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa, conforme contrato de concessão.

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado. Segundo esse contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a margem a ser aplicada na tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da Concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativos intangíveis todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis ao Poder Concedente, os quais são passíveis de recuperação via margem de distribuição, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra definida no Contrato de Concessão, a qual define que o prazo a ser aplicado é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A aplicação de prazo de amortização diverso daquele definido na regra contratual gera um resultado que, na interpretação da Administração, não reflete a realidade do negócio da Companhia, porque: (i) 10 anos é, de forma taxativa, o período definido no Contrato de Concessão para a recuperação dos investimentos realizados pela Concessionária na construção da infraestrutura; e (ii) a margem da Concessionária definida a partir da aplicação das regras contratuais é o instrumento que permite a manutenção do equilíbrio entre a receita e os custos da atividade.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores (ativo financeiro) ao término da concessão.

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao poder concedente, e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Outros ativos intangíveis (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 9.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

3.4 - Estoques

Os estoques representam o volume de gás disponível na rede da Companhia, bem como os materiais e peças para alocação em investimentos e manutenção de suas atividades. Estes estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição e não superam os preços de mercado, sendo mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido.

3.5 - Redução ao valor recuperável de ativos – Impairment

a) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que a mesma, não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros e o imposto de renda e a contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou a unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos as despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são, em grande parte, independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos – Unidade Geradora de Caixa (UGC).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.6 - Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

3.7 - Tributação

a) Impostos e contribuições sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente apurados com base no lucro real são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil, para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, conforme legislação em vigor.

b) Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda a substituição tributária do ICMS, pela alíquota de 12%. Esses tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas. Vide nota explicativa nº 18.

3.8 - Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou contratual que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são registradas no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.9 - Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, registrado como outras receitas quanto à subvenção se torna recebível, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

Há situações em que é necessário que o valor da subvenção governamental não seja distribuído ou de qualquer forma repassado aos sócios ou acionistas, fazendo-se necessária a retenção, após trânsito pela demonstração do resultado, em conta apropriada de patrimônio líquido, para comprovação do atendimento dessa condição. Nessas situações, tal valor, após ter sido reconhecido na demonstração do resultado, pode ser creditado à reserva própria (reserva de incentivos fiscais), a partir da conta de lucros ou prejuízos acumulados.

Conforme notas explicativas nº 16b (ii) e 24 a Companhia possui incentivo fiscal SUDENE. O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda. Quando do encerramento do exercício este valor é destinado à conta de reserva de incentivos fiscais em atendimento ao que expressa o item 15B do CPC 07.

3.10 - Receitas e Custos operacionais

a) Receitas e custos operacionais

Venda de gás

A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de performance é concluída, ou seja, quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o preço da transação possa ser mensurado de maneira confiável.

Contratos de construção

As receitas e os custos de construção, cujo concedente controle ou regularmente tais serviços, o concessionário deve prestar com a infraestrutura, são reconhecidos como receita e custo operacional. Sua evidenciação se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, Item 14.

b) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações do valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. Compreendem ainda descontos obtidos, juros e multa de clientes. As despesas financeiras abrangem, juros incidentes sobre financiamentos, variação monetária de arrendamento, bem como outras despesas financeiras.

c) Apuração de resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, verbas canceladas e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 – Receita de Contratos com clientes, como receita e custo operacional.

3.11 - Benefício a empregados

a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas a medida em que o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b) Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A Companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos oriundos dos saldos acumulados das contas individuais formadas por cada empregado.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte e
- Institutos de auto patrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo, que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados, ou participantes e assistidos.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA DE 2025

3.12 - Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

3.13 - CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 emitido em novembro de 2009 introduziu novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. O CPC 48 foi alterado em outubro de 2010 para incluir requerimentos para classificação e mensuração e desreconhecimento de passivos financeiros, e em novembro de 2013 para incluir novos requerimentos para contabilidade de hedge.

Outra revisão do CPC 48 foi emitida em julho de 2014 e incluiu, principalmente: (a) requerimentos de Impairment para ativos financeiros; e (b) alterações limitadas para os requerimentos de classificação e mensuração ao introduzir um critério de avaliação a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI) para alguns instrumentos de dívida simples.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

Nota	31/12/2025		31/12/2024		Categoria CPC48/IAS 9	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo		
Ativo (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.504	26.504	23.930	23.930	Custo amortizado
Contas a receber, líquidas	5	<u>10.550</u>	<u>10.550</u>	<u>8.923</u>	<u>8.923</u>	Custo amortizado
		<u>37.054</u>	<u>37.054</u>	<u>32.853</u>	<u>32.853</u>	
Passivos (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	10	16.606	16.606	15.732	15.732	Custo amortizado
		<u>16.606</u>	<u>16.606</u>	<u>15.732</u>	<u>15.732</u>	

A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base na experiência histórica da Companhia e a expectativa futura de realização de seus créditos em caixa. Análises individuais são realizadas e seus impactos registrados no resultado.

3.14 - Arrendamento

O CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil em vigor desde 1º de janeiro de 2019, objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas. Na data de início, a Companhia mensurou o passivo de arrendamento pelo valor presente dos pagamentos, descontados com a aplicação da taxa de juros implícita no arrendamento, quando expressa no contrato. Não conhecendo essa taxa, a Companhia utilizou taxa incremental para fins de adoção do CPC 06.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arredamento são compostos por pagamentos fixos. Após a mensuração inicial, o passivo de arredamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor, utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento. Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Companhia optou por evidenciar em novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa - fundo fixo	7	11
Bancos – conta movimento	756	994
Aplicações financeiras	<u>25.741</u>	<u>22.925</u>
Caixa e equivalentes de caixa	26.504	23.930

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os iCaixa e equivalente de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo de liquidez imediata, podendo ser resgatados a qualquer tempo, com perda insignificante de valor.

Os recursos aplicados estão registrados pelo custo de aquisição, acréscidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Em 31 de dezembro de 2025, a rentabilidade média das aplicações correspondeu a aproximadamente 99,34% do CDI diário, em linha com o desempenho observado no exercício de 2024 e em conformidade com o plano orçamentário plurianual da Companhia, que estabelece meta de 98,5% do CDI.

A política financeira da Companhia tem como referência o benchmark de 100% do CDI, buscando diariamente a otimização da remuneração das disponibilidades de caixa, com máxima segurança e alocação exclusiva em instituições financeiras sob supervisão oficial do Estado.

5. Contas a receber de clientes e partes relacionadas

	31/12/2025	31/12/2024
Segmento veicular	2.585	3.138
Segmento industrial	5.338	3.113
Segmento comercial	1.507	1.524
Segmento residencial	<u>1.319</u>	<u>1.257</u>
Subtotal	10.749	9.032
Penalidade Contratual	6	21
Parcelamento de cliente	-	34
Contas a receber de clientes	10.755	9.087
Perda Esperada de Clientes (a)	(205)	(164)
Contas a receber clientes líquida (b)	10.550	8.923

a. Critérios de mensuração da provisão (Impairment)

A Companhia entende que o montante que melhor representa sua exposição máxima ao risco de crédito no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 205 (R\$ 164 em 31/12/2024).

Conforme as políticas de gerenciamento de risco e de crédito, a Companhia mensurou e reconheceu o resultado da análise das efetivas perdas de eventos ocorridos nos últimos (5) cinco anos, considerando as condições atuais e o plano de negócios da Companhia. A média ponderada da análise do modelo adotado foi aplicada sobre a carteira de clientes, encontrando assim o percentual de estimativa de perda utilizado como impairment dos seus ativos financeiros.

b. Por vencimento

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer		
1 a 30 dias	<u>10.268</u>	<u>8.818</u>
Vencidos		
31 a 60 dias	244	95
61 a 90 dias	24	2
Acima de 90 dias	<u>14</u>	<u>8</u>
	282	105
Contas a receber de clientes	10.550	8.923

6 - Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRRF	355	536
PIS	21	35
COFINS	97	160
IRPJ Estimativa	907	464
CSLL Estimativa	445	398
CSLL Diferido (a)	1.079	-
CSLL Diferido (a)	388	-
ICMS	<u>3</u>	<u>3</u>
	3.295	1.596

(a) O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias nas bases de cálculo dos tributos, conforme normativo sobre o tema.

7 - Créditos nas operações de venda e aquisição de gás

	31/12/2025	31/12/2024
Crédito nas operações de aquisição de gás – Petrobras (a)	14.148	16.322
Crédito nas operações de aquisição de gás – Petroreconcavo	533	-
Redução ao Valor Recuperável (Impairment) (b)	<u>(4.315)</u>	-
	10.366	16.322

(a) Corresponde ao gás pago e não retirado. Ocorre a operação “take-or-pay” quando a retirada mínima de gás realizada fica abaixo de 90% do volume contratado na apuração mensal, de acordo com o estabelecido no contrato de compra de gás com a Petrobras. A Petrobras emite nota de débito equivalente a aplicação do preço de aquisição sobre o volume restante para se alcançar a quantidade mínima contratual, e a Companhia realiza o pagamento, cuja recuperação dar-se-á sempre no momento em que a PBGÁS retirar volumes superiores ao mínimo exigido em contrato, definido em 90% da QDC.

Desta forma, a Companhia registra um ativo decorrente desse “take-or-pay” e recupera este crédito no pagamento de faturas posteriores da Petrobras. Estes créditos são atualizados no momento da recuperação, tendo como contrapartida aumento (redução) do ativo e receita (despesa) operacional.

Os créditos da Petroreconcavo seguem a mesma sistemática de reconhecimento contábil com previsão de realização em sua totalidade em 2026.

(b) A Companhia mantém registrado, no ativo, saldo referente à Quantidade Paga e Não Retirada (QPNR) decorrente do Contrato NMG 2022/2025 firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, o qual representa o direito de recuperação futura de volumes de gás natural previamente pagos, nos termos contratuais.

Ao longo de 2023, 2024 e 2025, a Companhia observou redução da demanda do segmento industrial, bem como ajustes contratuais de volumes de suprimento. Tais fatores resultaram em exposição recorrente ao Compromisso de Retirada Mínima Mensal (RMM) e no consequente aumento do saldo de QPNR.

Adicionalmente, as negociações com a Petrobras indicaram que a recuperação dos volumes de QPNR ocorrerá a preços de molécula inferiores àqueles vigentes nos períodos em que os pagamentos originais foram efetuados, em razão da alteração da fórmula de precificação do gás natural e das premissas de mercado projetadas. Esses elementos configuram indícios de perda por redução ao valor recuperável, nos termos do CPC 01 (IAS 36).

9. Intangível

A Companhia tem assinado com o Estado da Paraíba, Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Segundo o contrato, o Poder Concedente regula os serviços prestados, juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICP 01. Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível, todos os valores por ela despendidos para a formação dos ativos ligados à Concessão, os quais são passíveis de recuperação via tarifa, num prazo de dez anos, dentro do período da Concessão, conforme estipulado no contrato.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização correspondente aos investimentos realizados nos dez anos anteriores ao término da concessão, os quais serão registrados como ativos financeiros da concessão.

a. Composição

	31/12/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Valor Líquido
Terrenos	304	-	304	304	-	304
Móveis e utensílios	1.573	(1.284)	289	1.571	(1.198)	373
Hardware	3.618	(2.751)	867	3.618	(2.528)	1.090
Rede de Distribuição	176.893	(134.864)	42.029	168.577	(127.474)	41.103
Outros	3.702	(3.062)	640	3.674	(2.904)	770
Intangível em formação (*)	<u>10.026</u>	-	<u>10.026</u>	<u>6.615</u>	-	<u>6.615</u>
Intangível concessão	<u>196.116</u>	<u>(141.96)</u>	<u>54.155</u>	<u>184.359</u>	<u>(134.104)</u>	<u>50.255</u>
Softwares	<u>3.939</u>	<u>(2.585)</u>	<u>1.354</u>	<u>3.934</u>	<u>(2.371)</u>	<u>1.563</u>
	200.055	(144.546)	55.509	188.293	(136.475)	51.818

(*) A conta “Intangível em formação” refere-se aos investimentos realizados pela Companhia na expansão da sua rede de distribuição, ainda em fase de construção.

b. Movimentação

	Taxa de Amortização% a.a. *	31/12/2025			31/12/2024		
		Saldo inicial	Adições	Saldo Final	Saldo Inicial	Adições	Saldo Final
Contratos de concessões							
Custo	10	184.359	11.758	196.117	171.946	12.413	184.359
Intangível operação		177.744	8.347	186.091	164.296	13.447	177.744
Intangível obras andamento		6.614	3.411	10.025	7.648	(1.034)	6.614
Amortização		<u>(134.104)</u>	<u>(7.858)</u>	<u>(141.962)</u>	<u>(126.763)</u>	<u>(7.341)</u>	<u>(134.104)</u>
		50.255	3.900	54.155	45.183	5.072	50.255
Software e direito de uso							
Custo	10	3.934	4	3.938	3.934	-	3.934
Amortização		<u>(2.371)</u>	<u>(213)</u>	<u>(2.584)</u>	<u>(2.131)</u>	<u>(240)</u>	<u>(2.371)</u>
		1.563	(209)	1.354	1.803	(240)	1.563
Total do intagível		51.818	3.691	55.509	46.986	4.833	51.818

* A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano, conforme definido em contrato.

Reconhecida amortização do intangível no valor de R\$ 8.071 (R\$ 7.580 em 31/12/2024). O total de adições no exercício foi de R\$ 11.762 (R\$ 12.038 em 31/12/2024).

10 - Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedor de gás	12.728	12.942
Fornecedores de materiais e serviços	<u>3.878</u>	<u>2.790</u>
	16.606	15.732

A rubrica de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

(a) A PBGÁS realizou, em 2023, Chamada Pública para contratação do suprimento de gás natural, assegurando o atendimento do mercado desde 1º de janeiro de 2024. Como resultado, a Companhia mantém contratos de suprimento firme com a Petrobras, a Galp e a Shell, os quais, em conjunto, são suficientes para atender de forma segura e contínua a demanda do mercado paraibano de gás natural nos próximos anos.

Adicionalmente, a PBGÁS conta com a possibilidade de contratação de gás na modalidade spot, como instrumento complementar para suprir eventuais aumentos de demanda ou necessidades pontuais de curto prazo. Essa estratégia está alinhada à nova dinâmica do mercado de gás natural, que permite maior flexibilização do portfólio de suprimento, ampliando as alternativas de contratação e possibilitando o atendimento do mercado nas melhores condições comerciais disponíveis.

11 - Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Impostos e contribuições sociais sobre folha de pagamento	712	707
Participação lucros e resultados	348	258
Provisão para férias e encargos	<u>1.500</u>	<u>1.555</u>
	2.560	2.520

12. Tributos a Pagar

	31/12/2025	31/12/2024
PIS a pagar	106	85
COFINS a pagar	492	393
INSS terceiros a pagar	110	84
IRRF a pagar	359	104
ICMS ST por entrada	95	193
Outros tributos a pagar	<u>54</u>	<u>88</u>
	1.216	947

13. Dividendos Propostos e JSCP a pagar

O estatuto social da Companhia prevê a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o disposto no artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em conformidade com a Resolução nº 1.398/12 do CFC, que aprovou a ITG 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, os Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) creditados no exercício de 2025 foram integralmente imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	9.968	6.823
(-) Reserva legal	(498)	(341)
(-) Reserva de incentivo fiscal	<u>(877)</u>	<u>(901)</u>
Lucro líquido a ser distribuído	8.592	5.581

Dividendos propostos pela Administração			
Dividendos mínimos obrigatórios	2.891	-	
JSCP	5.701	1.538	
(-) IRRF JSCP	<u>(355)</u>	<u>(96)</u>	
JSCP a pagar	5.346	1.442	

Conforme a 143ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 5.701 (R\$ 5.346 líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF), a serem pagos em dezembro de 2026, nos termos da legislação societária e fiscal aplicável.

Em 11 de abril de 2025, conforme deliberado na 31ª Assembleia Geral Ordinária (AGO), foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 1.538 (R\$ 1.442 líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF), pagos em 30 de abril de 2025, nos termos da legislação societária e fiscal aplicável. Na mesma assembleia, foi aprovada a destinação do montante de R\$ 4.043 para a conta de Reserva de Retenção de Lucros, em conformidade com o art. 196 da Lei nº 6.404/1976, com a finalidade de fortalecer o orçamento de capital da Companhia, conforme orçamento de capital previamente aprovado.

Em decorrência dessa diferença, a Companhia reconheceu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, uma perda por redução ao valor recuperável (Impairment) no montante estimado de R\$ 4.315, registrada como despesa operacional, reduzindo o valor contábil do ativo relacionado à QPNR.

A Administração entende que o reconhecimento da perda por Impairment reflete adequadamente a expectativa de recuperação econômica do saldo de QPNR na data-base das demonstrações contábeis.

8 - Arrendamento

Direito de uso e arrendamento	31/12/2025	31/12/2024	Passivo de arrendamento	31/12/2025	31/12/2024
Ativo direito de uso			Circulante		
Imóveis	1.810	2.858	Imóveis	516	780
(-) Amortização Acumulada	<u>(875)</u>	<u>(810)</u>	(-) AVP	<u>(94)</u>	<u>(185)</u>
	935	2.048		422	595
			Não Circulantes		
			Imóveis	817	2.015
			(-) AVP	<u>(61)</u>	<u>(248)</u>
				756	1.767

Os contratos de arrendamento foram renovados em julho de 2023 pelo prazo de cinco anos, com vigência até 2027. O montante reconhecido no exercício de 2025 totalizou R\$ 400 (R\$ 529 em 31 de dezembro de 2024). Para o ajuste a valor presente dos passivos de arrendamento, foi utilizada uma taxa incremental de 9,90% ao ano. Os contratos preveem atualização monetária anual com base no IGP-M.

Em fevereiro de 2025, foi formalizado o distrato do contrato DAF/GAS nº 016/2023, referente às salas localizadas no 19º andar, em decorrência de uma readequação administrativa. Essa decisão teve como objetivo a otimização da ocupação dos espaços físicos, por meio da unificação dos andares, visando ao aumento da eficiência operacional e à redução de custos.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTEGRADO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA DE 2025

Em 30 de dezembro de 2025 a 143ª Assembleia Geral Extraordinária realizada aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 901, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 25.672 ações, sendo 8.558 ordinárias e 17.114 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

A 135ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2024 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 1.711, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 48.746 ações, sendo 16.248 ordinárias e 32.498 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

O capital autorizado da Companhia é de 6.000.000 de ações.

O capital social pertence inteiramente aos acionistas domiciliados no País em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

b. Reserva de lucros

- (i) **Reserva legal:** É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, em conformidade com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações. A destinação para essa reserva ocorre anualmente.
- (ii) **Reserva legal:** Reserva de incentivos fiscais: É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais, decorrentes de doações ou subvenções governamentais, em conformidade com o art. 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

Para a PBGÁS, este valor refere-se ao incentivo para subvenção de investimentos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o Lucro da Exploração obtido pela Companhia conforme Laudo Constitutivo nº 0215/2016. O valor desta reserva deverá ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas na forma de dividendos.

- (iii) **Reserva de retenção de lucros:** É constituída com a justificativa de retenção de lucros proposta, a ser aprovada em Assembleia Geral Ordinária, visando garantir os recursos destinados à expansão do Sistema de Distribuição de Gás Natural da Companhia, conforme plano de investimentos aprovado pela Administração.

17. Saldos e transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, bem como as transações que influenciaram o resultado no período dos 12 (doze) meses, relativas às operações com partes relacionadas, foram realizados em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações.

Transações	Mitsui		Estado da Paraíba	
	2025	2024	2025	2024
Ativo Circulante				
Contas a receber de Clientes	-	-	97	54
Passivo Circulante				
Dividendos/JSCP a pagar	2.011	542	3.335	900
Resultado				
Reembolso Acionista	486	461	-	-
18. Receita líquida				
			31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta				
Gás veicular			62.817	73.227
Gás industrial			13.087	110.056
Gás residencial			14.782	13.437
Gás comercial			12.950	12.234
			213.636	208.954
(-) Impostos sobre faturamento ICMS			(25.632)	(25.502)
PIS			(3.525)	(3.448)
COFINS*			(16.236)	(15.880)
Receita líquida			168.243	164.124
Receita de construção - ICPC 01			11.807	11.193

19. Custos dos produtos vendidos

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de gás natural (a)	(115.324)	(116.979)
Pessoal	(3.336)	(4.113)
Odorização	(45)	(59)
Custo transporte gás	(1.613)	(3.355)
Serviços de terceiros	(3.516)	(2.520)
Aluguéis	(284)	(278)
Materiais de manutenção	(46)	(36)
Seguros	(322)	(359)
Amortização	(6.717)	(6.338)
	(132.003)	(134.043)

Custo de Construção – ICPC 01

	31/12/2025	31/12/2024
(a) O custo do gás natural por segmento é dividido conforme abaixo:		
Gás veicular	(36.083)	(43.535)
Gás industrial	(68.306)	(62.839)
Gás residencial	(4.929)	(4.727)
Gás comercial	(6.206)	(5.878)
	(115.524)	(116.979)

20. Despesas comerciais

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(2.929)	(2.538)
Serviços de terceiros	(1.088)	(811)
Conversão de clientes	(1.379)	(1.313)
	(5.396)	(4.662)

21. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(12.993)	(13.327)
Serviços de terceiros	(2.509)	(2.578)
Gerais e administrativas	(1.673)	(1.697)
Aluguéis	(292)	(297)
Viagens e representações	(216)	(188)
Amortização	(673)	(668)
Depreciação - Arrendamento	(380)	(572)
Tributárias	(1.216)	(1.177)
	(19.952)	(20.504)

22. Outras receitas/despesas operacionais

	31/12/2025	31/12/2024
Outras Receitas Operacionais		
Ganho gás pago não fornecido	106	244
Compromisso mínimo de retirada	156	-
Ressarcimento despesa/recuperação de crédito	649	30
Resultado baixa de ativo imobilizado (Arrendamento – nota 8)	50	-
Reversão de provisão	688	-
Receita de penalidade contratual	146	942
	1.795	1.216

Outras Despesas Operacionais

Despesas de provisões	(56)	(89)
Perda na atualização das operações de gás	(676)	(7)
Despesa de penalidade contratual (a)	(247)	(505)
Baixa de ativo	(-)	(53)
Baixa de créditos a receber	(-)	(242)
Indenizações e ressarcimentos	(-)	(36)
Perda por desvalorização do ativo (Impairment – nota 7)	(4.315)	(-)
Outras despesas	(75)	(66)
	(5.369)	(998)

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

	(3.574)	218
--	----------------	------------

(a) Despesa de penalidade contratual, valores decorrentes de:

Penalidades por erro de programação: penalidade reconhecida quando não é atingido o volume programado conforme regra contratual.

23. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Receita s/ aplicações financeiras	2.851	2.310
Juros/multas - Clientes	201	143
Outras receitas financeiras	346	602
	3.398	3.055
Despesas financeiras		
Descontos concedidos	(9)	(-)
Varição monetária - Ativo de arrendamento	(138)	(252)
Outras despesas financeiras	(1)	(11)
	(148)	(263)

24. Imposto de renda e contribuição social

Em 14 de dezembro de 2016, foi expedido pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Laudo Constitutivo nº 0215/2016, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.000.000 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2025.

Em 19 de dezembro de 2025, foi expedido pela SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), o Laudo Constitutivo nº 0335/2025, que concedeu benefício fiscal de redução do imposto de renda e adicional não restituível, calculados com base no lucro da exploração, por um prazo de 10 anos da atividade de industrialização e distribuição de gás natural, na quantidade de 195.024.396 m³/ano. O percentual de redução é de 75% e a fruição do benefício terminará no ano-calendário de 2034. O benefício fiscal concedido pela SUDENE foi registrado no resultado da Companhia, integrando o lucro líquido do exercício. Este valor corresponde à isenção do imposto de renda incidente sobre lucro da exploração e contabilizado como reserva de lucros (Incentivo Fiscal) em seu montante integral, devendo

somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízo contábil, conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR).

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	10.568	10.568	7.926	7.926
Adições e exclusões permanentes				
Brindes e patrocínios	280	280	241	241
Provisões não dedutíveis	31	31	21	21
Reversão provisões	(659)	(659)	(818)	(818)
JSCP	(5.701)	(5.701)	(1.538)	(1.538)
Impairment(crédito nas operação de gás)	4.315	4.315	-	-
(+/-). Outros	38	38	402	402
Total	8.872	8.872	6.234	6.234
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%

Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação

Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(-) Incentivo PAT	23	-	37	-
(-) Impostos diferidos	1.079	388	-	-
(+/-). Outros	25	-	54	-

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

	(1.067)	(410)	(1.443)	(561)
(-) Incentivos fiscais SUDENE	877	-	901	-
Imposto de renda e contribuição social	(190)	(410)	(542)	(561)

25 - Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da Companhia, não existem ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	9.968	6.823
Total de ações ordinárias e preferenciais	1.836	1.810
Lucro/ação (R\$/mil)	5,43	3,77

26 - Remuneração dos administradores

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros, sendo dois deles indicados pelo acionista Governo do Estado e um membro pelo acionista Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 7 (sete) membros.

O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2025 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R\$ 1.418 (R\$ 1.342 em 31 de dezembro de 2024). A Companhia só possui benefícios de curto prazo.

27 - Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir riscos operacionais em valores considerados suficientes pela Administração para o período findo em dezembro de 2025 e vigências até 2026, como segue:

Modalidade do seguro	Valor de cobertura
D&O RC Profissional	5.000
Seguro de Responsabilidade Civil - Operações	10.000
Seguro Incêndio de Redes - Risco Operacional	3.500
Seguro Incêndio - Escritórios/Almoxarifado	10.825
Total Segurado	29.325

28 - Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos em derivativos e nem possui transações em moeda estrangeira sujeita ao risco de câmbio, a não serem aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A Companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência de seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela PBGÁS.

b) Risco de taxas de juros

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações financeiras.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações.

29 - Eventos Subsequentes

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da publicação da Lei Complementar nº 214/2025, que instituíram o novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, baseado no imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos dessas alterações sobre suas operações.

O novo regime tributário prevê a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como ICMS, ISS, PIS e COFINS, pelos referidos IBS e CBS, com início do período de transição a partir de 1º de janeiro de 2026, mediante aplicação de alíquotas reduzidas e caráter predominantemente informativo.

Considerando que a vigência operacional do novo modelo ocorrerá após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, os efeitos decorrentes da Reforma Tributária não impactam as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo nessa data, sendo, portanto, caracterizados como evento subsequente que não requer ajuste, nos termos das normas contábeis aplicáveis.

A Administração acompanha a edição dos atos infralegais e a regulamentação complementar necessária à plena implementação do novo sistema tributário, incluindo aspectos relacionados à emissão de documentos fiscais eletrônicos específicos, à apuração dos tributos e à apropriação de créditos, e avaliará oportunamente os impactos econômicos, financeiros, operacionais e sistêmicos que poderão decorrer a partir do exercício de 2026.

Em 22 de dezembro de 2025, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 que trouxe a prorrogação do destaque do IBS e CBS até o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS. Até a presente data tal regulamento não foi publicado.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, não é possível mensurar de forma confiável os efeitos quantitativos da Reforma Tributária sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho ou os fluxos de caixa da Companhia, os quais serão reconhecidos e divulgados conforme aplicável, à medida que a legislação seja integralmente regulamentada e implementada.

30 - Autorização para conclusão das Demonstrações Financeiras

A Administração autorizou a conclusão das presentes Demonstrações Financeiras em 04 de fevereiro de 2026, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até essa data que pudessem ter feito sobre estas Demonstrações Financeiras, quando requeridos.

João Pessoa, 04 de fevereiro de 2026.

Jaílson José Galvão
Diretor Presidente

Mario Thiago Alves Romero
Diretor Administrativo Financeiro

Fábio Mariz Maia Filho
Diretor Técnico Comercial

Regina Maria Silva Guedes Soares
Contadora
CRC PB 007082/O-6



Aos Acionistas, Diretores e demais Administradores da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS
Rua Antonio Rabelo Junior nº 161 - Bairro Miramar - CEP. 58.032-090
João Pessoa – Paraíba - Telefone: (83) 3219-1700 / 3219-1766
CNPJ(MF) 00.371.600/0001-66 - Site: www.pbgas.com.br

Prezados(as) Senhores(as),

1. Opinião sem Ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de

dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA PARAIBANA DE GÁS – PBGÁS em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação a PBGÁS, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. Outros assuntos
3.1 Relatório da Administração

A administração da PBGÁS é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse quando tomado em conjunto com as demonstrações contábeis e notas explicativas está, de forma relevante, inconsistente com as precitadas demonstrações ou com o cenário econômico-financeiro observado na auditoria ou, de outra forma aparenta estar distorcido de forma relevante. Se com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Neste sentido não temos nada a relatar.

4. Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a PBGÁS continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a PBGÁS ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da PBGÁS são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da PBGÁS.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional é, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a PBGÁS a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife/PE, 19 de fevereiro de 2026

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira
Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S” PB
Sócio Sênior - CNAI 1592

Phillipe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S” PB
CNAI 4747

Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S” PB
CNAI 4850

87ª REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA PBGÁS

No